



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A proposição tem como objetivo regulamentar a concessão do auxílio funeral para os servidores efetivos do Legislativo, conforme previsão na Lei 2.160/90 e em conformidade com o Decreto Regulamentador do Poder Executivo nº 142/2017, além de estender o benefício aos agentes políticos e servidores comissionados em igualdade de condições.

Além disso, a proposição tem como objetivo suprir omissão quanto ao enquadramento de servidores públicos aposentados, que tiveram seus cargos extintos, para fins de atualização de seus proventos de aposentadorias ou pensão.

Nesse sentido, vale mencionar que, conforme informação disponível no site do Ipsemg, a atualização de benefícios de pensão referentes a servidores municipais falecidos até 30 de dezembro de 2003, ocorre de acordo com as Leis específicas do município.

Porquanto, faz-se necessário a proposição para evitar possível irregularidade nos proventos de aposentadoria e pensão dos servidores do Órgão.